

cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis para recolhimento de materiais recicláveis descartados pela Procuradoria-Geral do Trabalho. Foram consideradas HABILITADAS as seguintes entidades: Cooperativa de Trabalho de Reciclagem e Produção - CORTAP, CNPJ nº 04.091.544/0001-67, Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis e de Educação Ambiental - Nova Superação, CNPJ nº 29.625.745/0001-28, Cooperativa de Trabalho Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança - COOPERNOES, CNPJ nº 09.551.980/0001-95, Cooperativa COOPERE, CNPJ 10.756.259/0001-10, Cooperativa Trabalho de Catadores da Cidade Estrutural - COOPERCAP, CNPJ nº 26.508.859/0001-08, Cooperativa de Trabalho de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Derivados - RECICONSTRU, CNPJ nº 47.997.757/0001-65, Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Ambiental PLASFERRO, CNPJ nº 10.746.644/0001-87, Cooperativa de Trabalho RECICLA MAIS, CNPJ nº 39.326.773/0001-06. Foi considerada INABILITADA a entidade Cooperativa de Trabalho de Reciclagem de Brasília - Cooperativa CRB, CNPJ nº 28.111.152/0001-80, em razão de ausência do envio de documentos de habilitação elencados no tópico 5 do Edital. Fica aberto o prazo recursal previsto no Edital, contado da publicação deste aviso.

Brasília - DF, 22 de junho de 2026.
EDMAR PONTES DE SOUZA
Integrante da Comissão de Contratação

LAURIBERTO MÁXIMO ALVES
Presidente da Comissão de Contratação

AVISO DE RETIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 1/2026/PGT/MPT

A Comissão de Contratação, da Procuradoria Geral do Trabalho, torna pública a retificação do cronograma do Edital supracitado, cujo objeto é o credenciamento de cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis para recolhimento de materiais recicláveis descartados deste órgão. Em razão de ajuste operacional no fluxo de publicação, a homologação das cooperativas habilitadas, anteriormente prevista para 22/06/2026, ocorrerá em 23/06/2026. O prazo para interposição de recurso será de 24/06/2026 a 26/06/2026. Prazo para as contrarrazões será de 29/06/2026 a 1º/07/2026.

Brasília - DF, 22 de junho de 2026.
EDMAR PONTES DE SOUZA
Integrante da Comissão de Contratação

LAURIBERTO MÁXIMO ALVES
Presidente da Comissão de Contratação

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 6/2026

A Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região intima a empresa ADMA DA CONCEIÇÃO MORAIS RIBEIRO, CNPJ 42.880.677/0001-01, da decisão de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses por não manter sua proposta apresentada na Dispensa Eletrônica nº 90008/2025- UASG 200050, com amparo nas disposições dos subitens 12.2, V, e 12.3, "e", do anexo IV do Aviso da Dispensa Eletrônica nº 90008/2025 - UASG 200050, respaldadas no que estabelecem os artigos 155, V, e 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como nas disposições do artigo 2º, IV e § 2º, I, e do artigo 5º da Instrução Normativa DG nº 2/2024. A comunicação via postal retornou sem cumprimento em razão de o destinatário estar ausente. O parecer jurídico e a decisão da autoridade competente foram encaminhados pelo e-mail cadastrado e estão disponíveis via PGEA 20.02.0200.0001638/2025-22.

São Paulo-SP, 22 de junho de 2026.
p/ Comissão Permanente para Condução de Processos de
Apuração de Responsabilidade

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo PGEA nº 20.02.0400.0000464/2025-08; Espécie: Termo de Convênio; Prazo da vigência do Convênio firmado entre as partes para realização de estágio acadêmico; PARTES: Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; VIGÊNCIA: até 17/06/2031; DATA DA ASSINATURA: 17/06/2026; ASSINAM: Antônio Bernado Santos Pereira/Procurador-Chefe e Diego Machado da Silva/Servidor.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 3/2023, pactuado o objeto de serviços de Limpeza e Conservação, Recepcionista e Auxiliar Administrativo para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho no município de Macapá/AP com a empresa BLACK NORTE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 24.173.371/0001-33. Processo: 20.02.0800.0000361/2023-93. Objeto do Termo: Prorrogação contratual. Novo Vigência: 31/07/2027. Assinam: pela contratante, Hideraldo Luiz de Sousa Machado, Procurador-Chefe, e pela contratada, Kenny Amanajás Dias, Administrador, em 18/06/2026.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 204/2026

Termo de Credenciamento nº 204/2026, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o CORF-CENTRO ORTOPÉDICO REUMATOLÓGICO E FISIÁTRICO LTDA, CNPJ: 31.317.902/0001-80, para prestação de Serviços Médicos e Paramédicos. PGEA: 0.03.000.004632/2026-88. Vigência: 22/06/2026 a 21/06/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado PAULO CESAR HAMDAN (Administrador).

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 307/2026

Termo de Credenciamento nº 307/2026, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o SORRISO & SAÚDE ODONTOLOGIA LTDA., CNPJ: 60.080.581/0001-40, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.004975/2026-42. Vigência: 19/06/2026 a 18/06/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado EDUARDO DE ANDRADE CARVALHO (SÓCIO).

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026

Termo de Credenciamento nº 44/2026, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o INSTITUTO DE OLHOS VER LTDA, CNPJ: 51.230.682/0001-60, para prestação de Serviços Médicos. PGEA: 0.03.000.001498/2026-63. Vigência: 15/06/2026 a 15/06/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado GUSTAVO ANDRADE LOPES (Administrador).

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 818/2025

Termo de Credenciamento nº 818/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e UNIMED PORTO ALEGRE COOPERATIVA MÉDICA LTDA, CNPJ: 87.096.616/0001-96, para prestação de SERVIÇOS DE OPERADORAS EM SAÚDE. PGEA: 0.03.000.003563/2025-12. Vigência: 27/02/2026 a 26/02/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado GRAZIELLA RANZAN AZEVEDO (SUPERINTENDENTE) e LUCIANO DUARTE TAVARES (SUPERINTENDENTE).

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram diversos órgãos públicos e entidades, no Estado do Pará, para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações de fiscalização, combate à corrupção, controle social e para interação das redes nos âmbitos estadual e federal; b) Processo: TC 011.643/2015-3; c) Objeto: Ampliar e aprimorar, de modo expresso e efetivo, a articulação de parcerias entre os órgãos públicos e as entidades Partícipes, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no Estado do Pará mediante a formação de rede de âmbito estadual, e, adicionalmente, a interação da rede formada pelos signatários deste Acordo com a Rede de Controle da Gestão Pública, com a finalidade de desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao tráfego de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho anexo a este Acordo; d) Fundamento Legal: Disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; e) Vigência: 120 (cento e vinte) meses, a contar de sua assinatura; f) Data de assinatura: 19/06/2026; g) Partícipes: I - Consultoria Jurídica da União; II - Controladoria Regional da União no Estado do Pará; III - Ministério Público de Contas do Estado do Pará; IV - Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará; V - Ministério Público Estadual; VI - Procuradoria da República no Pará; VII - Procuradoria da União no Estado do Pará; VIII - Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 2ª Região Fiscal; IX - Tribunal de Contas da União; X - Tribunal de Contas do Estado do Pará; XI - Tribunal de Contas dos Municípios do Pará; XII - Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União e o Instituto Trata Brasil, com o objetivo de desenvolver ações voltadas à análise e ao acompanhamento da política pública de saneamento básico; b) Processo: TC 007.426/2026-7; c) Objeto: Estabelecer cooperação técnica e institucional entre o TCU e o ITB, visando ao intercâmbio de conhecimentos, ao compartilhamento de informações e à realização de atividades conjuntas relacionadas à análise, ao acompanhamento e ao aprimoramento da política pública de saneamento básico no Brasil, no âmbito das competências institucionais de cada Partícipe; d) Fundamento Legal: Aplicam-se à execução deste Acordo, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; e) Vigência: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo; f) Data de assinatura: 19/06/2026; g) Signatários: Pelo TCU, Juliana Pontes de Moraes, Secretária-Geral de Controle Externo, e pelo ITB, Luana Siewert Pretto, Presidente-Executiva.

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO Nº 90023/2026

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 10/06/2026, .Entrega das Propostas: a partir de 10/06/2026, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/06/2026, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação, pelo Sistema de Registro de Preços, de fornecimento e instalação de equipamentos de cozinha industrial, para viabilizar o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TCU e o Senac, destinado ao funcionamento da Empresa Pedagógica de Gastronomia nas dependências do Tribunal de Contas da União TCU

RENATO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE
Pregoeiro

(SIDE - 22/06/2026) 030001-00001-2026NE000001

SECRETARIA ESPECIALIZADA EM COMPRAS PÚBLICAS

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 16/2026

Por se encontrar em local incerto e não sabido, fica NOTIFICADA, pelo presente edital, a pessoa jurídica de direito privado Visan Segurança Privada Ltda., CNPJ 09.267.406/0001-00, na pessoa do seu representante legal, para que no âmbito do processo TC 024.116/2024-6, que visa apurar falta cometida por essa empresa, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 42/2024, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação deste Edital, oferecer justificativas para as ocorrências enumeradas, bem como que promova o saneamento de eventuais irregularidades que ainda perdurem. As irregularidades apuradas, bem como as eventuais sanções que podem ser aplicadas a esta empresa se encontram no ofício de comunicação que pode ser solicitado pelo representante legal via e-mail penalidade@tcu.gov.br.

RODRIGO DO AMARAL VARGAS BRANDÃO
p/ Serviço de Licitações

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 555/2026-TCU/SEPROC, DE 22 DE JUNHO DE 2026

Processo TC 010.666/2020-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA ANA MANUELLA GOMES DE ANDRADE, CPF: 918.678.192-87, representada pela Sra. Wilza Mendes da Silva, OAB: 017492/PA, do Despacho prolatado pelo Ministro Jhonatan de Jesus, em 16/10/2025, proferido no processo TC 010.666/2020-6, por meio do qual o Tribunal, diante da não subsistência de fundamento jurídico para o deferimento do pedido de prorrogação de prazo formulado por Ana Manuella Gomes de Andrade, para atendimento ao disposto no Ofício de Notificação de Julgamento de Contas Irregulares 14858/2025-TCU/SePROC, cuja ciência ocorreu por comparecimento aos autos em 29/9/2025, nego o pedido de prorrogação de prazo, por se tratar de matéria já apreciada por este Tribunal.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

